


<b>3ª CÂMARA CÍVEL</b>	
EDCL NA AC Nº 322882-2	NPU: 0005169-68.2010.8.17.0001
EMBARGANTE:	NEGOCIAL ADMINISTRAÇÃO LTDA
EMBARGADA:	LUCIANA MARTINS DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
RELATOR:	DES. BARTOLOMEU BUENO
<b>ACÓRDÃO</b>	

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. OBJETIVO EXCLUSIVO DE REDISCUTIR O JULGADO. NÃO CABIMENTO.**

1. Sabe-se que, nos precisos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração constituem modalidade recursal cabível para sanar obscuridade, contradição (inciso I), ou omissão (inciso II) no pronunciamento judicial objeto do recurso, ostentando caráter integrativo ou aclaratório, cabendo à parte recorrente apontar na petição do recurso o ponto obscuro, omissivo ou contraditório (art. 536, CPC) que merece ser sanado, não se prestando para obter reforma da decisão que ataca.
2. Neste recurso, o Embargante não apontou qualquer omissão, contradição e obscuridade no acórdão vergastado, apenas reiterou os mesmíssimos argumentos suscitados no apelo julgado anteriormente por esta C. Câmara, pretendendo apenas e tão somente o prequestionamento da matéria ventilada naquele recurso.
3. Acontece que, consoante uníssona jurisprudência do STJ, o pedido de prequestionamento apenas é admitido nos embargos de declaração quando a parte requerente aponta uma das hipóteses do art. 535 do CPC. O prequestionamento deve provir como consequência do enfrentamento da omissão, contradição ou obscuridade apontada no recurso. Precedentes
4. Embargos rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos no Recurso de Apelação nº. 322882-2, em que figura como Embargante Negocial Administração Ltda e como Embargada Luciana Martins de Albuquerque Maranhão, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Recife, 28-12-2014  
  
Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator

**3ª CÂMARA CÍVEL**

EDCL NA AC Nº 322882-2

NPU: 0005169-68.2010.8.17.0001

EMBARGANTE: NEGOCIAL ADMINISTRAÇÃO LTDA

EMBARGADA: LUCIANA MARTINS DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

**RELATÓRIO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela Negocial Administração Ltda contra acórdão dessa C. 3ª Câmara Cível que deu provimento apenas parcial à apelação por ela interposta (fls. 245/254). Tal recurso foi desferido contra sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Capital (fls. 241/243), que julgou improcedentes os embargos à execução ajuizados pela empresa Apelante, afastando as alegações de onerosidade excessiva das parcelas do contrato de compra e venda de ações da Usina Cruangi S/A firmado com a Apelada e de excesso de execução, utilizadas como fundamento para o pedido de extinção do feito executivo.

No acórdão vergastado, manteve-se o posicionamento do magistrado singular, considerando que a ação de execução originária estava aparelhada em título hábil, vez que plenamente perfeito, líquido, certo e exigível, e não se aplicava à hipótese a teoria da imprevisão, pois, para tanto, exige-se a demonstração cabal e inequívoca de que o fato denunciado como causador da onerosidade excessiva seja realmente extraordinário e imprevisível e tenha provocado, efetivamente, tanto o prejuízo de uma parte como a extraordinária vantagem da outra.

Por outro lado, deu-se provimento ao recurso para acolher o excesso de execução provocado pela aplicação da multa moratória sobre o valor das parcelas em atraso, corrigidas monetariamente e já com a incidência dos juros de mora.

Irresignada, a Embargante opõe o recurso em comento, renovando as mesmas matérias suscitadas nos embargos anteriores, quais sejam: a) a Apelante era controladora da Usina Cruangi S/A, desde antes da formalização do contrato objeto de execução, logo seu patrimônio era constituído integralmente pelas ações daquela Usina; b) toda sua receita advém dos dividendos que lhe são pagos na eventual distribuição de lucros da Usina Cruangi S/A; c) após o pagamento da 10ª parcela, a Apelante deparou-se com uma redução na sua produção (moagem da cana-de-açúcar) em face da queda inesperada dos níveis de precipitações pluviométricas na região nas safras de 2005/2006 e 2007/2008, o que, atrelado à grande superprodução do setor açucareiro nas safras seguintes, ocasionou prejuízos imprevistos para a Apelante; d) além disso, uma crise econômica devastadora assolou o mundo no último trimestre de 2008, situação que prejudicou demasiadamente as finanças da Usina Cruangi S/A; e) diante desses infortúnios, a Apelante restou impossibilitada de pagar as parcelas restantes do contrato para a compra dos demais lotes de

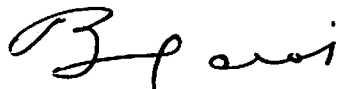
ações, justificando-se, portanto, a resolução do contrato ante a onerosidade excessiva; f) há excesso de execução no importe de R\$ 881.608,70, vez que a Apelada deixou de considerar a prorrogação dos prazos de pagamento das parcelas em razão do fato pluviométrico ocorrido em 2006, aplicou juros de forma capitalizada e multa sobre os juros e, por fim, deixou de considerar as variações negativas do índice de correção monetária aplicado.

Ao final, pretende ver acolhidos os embargos em tela para fins de prequestionamento, exclusivamente.

Independendo o feito de pauta, apresento o recurso em mesa para julgamento.

É o breve relatório.

Recife, 28-1-2014



Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator

<b>3ª CÂMARA CÍVEL</b>	
EDCL NA AC Nº 322882-2	NPU: 0005169-68.2010.8.17.0001
EMBARGANTE:	NEGOCIAL ADMINISTRAÇÃO LTDA
EMBARGADA:	LUCIANA MARTINS DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
RELATOR:	DES. BARTOLOMEU BUENO
<b>VOTO</b>	

Sabe-se que, nos precisos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração constituem modalidade recursal cabível para sanar obscuridade, contradição (inciso I), ou omissão (inciso II) no pronunciamento judicial objeto do recurso, ostentando caráter integrativo ou aclaratório, cabendo à parte recorrente apontar na petição do recurso o ponto obscuro, omissivo ou contraditório (art. 536, CPC) que merece ser sanado, não se prestando para obter reforma da decisão que ataca.

Neste recurso, o Embargante não apontou qualquer omissão, contradição e obscuridade no acórdão vergastado, apenas reiterou os mesmíssimos argumentos suscitados no apelo julgado anteriormente por esta C. Câmara, pretendendo apenas e tão somente o prequestionamento da matéria ventilada naquele recurso.

Acontece que, consoante uníssona jurisprudência do STJ, o pedido de prequestionamento apenas é admitido nos embargos de declaração quando a parte requerente aponta uma das hipóteses do art. 535 do CPC. O prequestionamento deve provir como consequência do enfrentamento da omissão, contradição ou obscuridade apontada no recurso. Nesse sentido, colhem-se os precedentes:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE ÚNICA. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE. INDICAÇÃO PRÉVIA. HIPÓTESES. ART. 535 DO CPC. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. RAZÕES DOS EMBARGOS. MÉRITO DA DEMANDA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INCOMPETÊNCIA DO STJ. 1. Embora admita-se tenham os embargos de declaração a finalidade de prequestionamento, essa quadra somente pode ocorrer quando advier da indicação e resolução prévias das hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, ou seja, o prequestionamento da matéria deve decorrer necessariamente do saneamento de omissão, obscuridade ou contradição, não sendo possível, portanto, que os embargos almejem exclusivamente aquele fim. (...) 4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ, 2ª T., EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1321014/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 11/02/2014, in DJe 18/02/2014)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FINALIDADE. PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ADMISSIBILIDADE. DECORRÊNCIA. HIPÓTESES DE CABIMENTO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. INDICAÇÃO. REJEIÇÃO. 1. Embora admita-se tenham os embargos de declaração finalidade de prequestionamento ou efeitos infringentes, essas consequências devem necessariamente advir em razão do saneamento das hipóteses de cabimento previstas no art. 535 do CPC, a saber, do erro material, da omissão, da contradição ou da obscuridade. 2. Inviáveis os embargos de declaração sem a indicação dessas hipóteses de cabimento. 3. Embargos de declaração rejeitados.

B27

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ANISTIA POLÍTICA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS. (...) 2. "O embargos declatórios opostos com objetivo de prequestionamento, para fins de interposição de recurso extraordinário, não podem ser acolhidos se ausente omissão, contradição ou obscuridade no julgado embargado" (EDcl nos EDcl no AgRg nos EAg 1423421/AM, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Corte Especial, DJe 3/2/14). 3. Embargos declaratórios rejeitados. (STJ, 1ª S., EDcl no AgRg no MS 20.028/DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j 12/03/2014, DJe 19/03/2014)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. OBJETIVO EXCLUSIVO DE REDISCUTIR O JULGADO. NÃO CABIMENTO. 1. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito, tampouco, ante a ausência de omissão, obscuridade ou contradição, para o prequestionamento com vista à interposição de Recurso Extraordinário. (...) 6. Embargos de Declaração rejeitados. (STJ, 2ª T., EDcl no REsp 1404624/PE, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 20/02/2014, DJe 07/03/2014)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. ALEGAÇÃO DE MÉRITO. ACÓRDÃO EMBARGADO. PRELIMINAR DE MÉRITO. FINALIDADE. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. CONFIGURAÇÃO PRÉVIA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. (...) 2. Embora admitidos os embargos de declaração com a finalidade de prequestionamento, o debate pretendido deve necessariamente advir da prévia configuração da omissão, contradição ou obscuridade. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no RMS 43.265/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 04/12/2013)

Face ao exposto, **REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

É como voto.

Recife, 29-1-2014

**Desembargador Bartolomeu Bueno**

Relator